

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO - UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ALISON ITALO DE SOUZA MELO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA
FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SANTANA DO IPANEMA
2019

ALISON ITALO SOUZA MELO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA
FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis – Unidade Acadêmica Santana do Ipanema, da Universidade Federal de Alagoas, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Ma. Josicleide de Amorim Pereira Moreira

Co-orientador: Prof^o. Me. Esdras dos Santos Carvalho

**SANTANA DO IPANEMA
2019**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema

Bibliotecária responsável: Larissa Carla dos Prazeres Leobino – CRB-4 2169

M528e Melo, Alison Italo de Souza

Educação ambiental e desenvolvimento sustentável na formação em Ciências Contábeis / Alison Italo de Souza Melo. – 2019.
34 f.

Orientação: Josicleide de Amorim Pereira Moreira.

Coorientação: Esdras dos Santos Carvalho.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Contábeis. Santana do Ipanema, 2019.

Bibliografia: f. 31- 32.

Apêndice: f. 33- 34.

1. Contabilidade Ambiental. 2. Educação Ambiental. I. Título.

CDU: 657

Folha de Aprovação

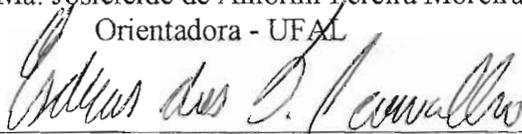
ALISON ITALO DE SOUZA MELO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NA FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido
ao Curso de Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Alagoas e
aprovado em 28/08/2019.

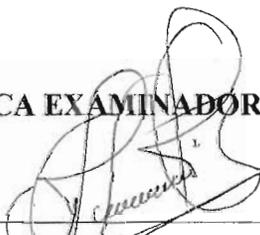


Prof.^a Ma. Josicleide de Amorim Pereira Moreira
Orientadora - UFAL



Prof.^a Me. Esdras dos Santos Carvalho
Co-orientador - UFAL

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Me. Aleides José de Omena Neto
Examinador - UFAL



Prof. Me. Girleno Costa Pereira
Examinador - UFAL

Aprendi que as oportunidades nunca são perdidas; alguém vai aproveitar as que você perdeu.

William Shakespeare

Dedico este trabalho aos meus familiares em especial a aqueles que amo, mais que tudo nesta vida: a minha mãe Elza, a minha esposa Maria Thais, e aos meus filhos Thalisson e Arthur, por me apoiarem em todas as dificuldades encontradas em minha vida pessoal, acadêmica e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a Deus por me conceder saúde, sabedoria, paciência e força de vontade para correr atrás dos meus sonhos e por me revigorar espiritualmente nas vezes que pensei em desistir, dando-me forças para seguir adiante, além de colocar em meu caminho, desde o 1º primeiro período do curso de Ciências Contábeis, pessoas maravilhosas, as quais contribuíram para a conquista deste sonho.

Aos meus familiares pelo incentivo e apoio em minhas decisões, principalmente, a minha esposa que está sempre ao meu lado, apoiando-me desde o início de meu ingresso no curso de Ciências Contábeis na Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

Agradeço, imensamente, a minha orientadora Josicleide de Amorim Pereira Moreira, por ter aceitado a orientação deste trabalho. Serei eternamente grato por toda sua dedicação e por ter me ajudado a realizar o sonho de tornar-me bacharel em Ciências Contábeis. Aqui estamos encerrando um pequeno ciclo de aluno e professora, mas iniciando uma grande amizade, muito obrigado por tudo.

Quero agradecer ao corpo docente e a todos os colaboradores da Universidade Federal de Alagoas, unidade Santana do Ipanema, por compartilharem os seus conhecimentos, os quais contribuíram para minha formação.

Agradeço, também, aos meus amigos de curso e da universidade que durante toda a jornada me apoiaram e contribuíram com a troca de conhecimentos durante a realização dos trabalhos em grupos ou debates em sala.

RESUMO

Este trabalho objetivou verificar se o curso de Ciências Contábeis de uma universidade federal, do sertão alagoano, propicia a Educação Ambiental com vista ao desenvolvimento sustentável. Quanto aos procedimentos metodológicos, optou-se, portanto, pela pesquisa descritiva, com procedimentos técnicos, bibliográfico e de levantamento, além do método quantitativo para a abordagem do problema. Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário junto aos discentes do oitavo período do curso de Ciências Contábeis. Os resultados da pesquisa apontam que o curso pesquisado não propicia a Educação Ambiental de forma transversal e que, em sua maior parte, os discentes que tiveram acesso às temáticas acerca das questões ambientais e do desenvolvimento sustentável foram aqueles que cursaram o componente curricular Contabilidade Ambiental, intuindo-se que tal disciplina contempla a temática socioambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Contabilidade Ambiental. Ciências Contábeis.

ABSTRACT

This study aimed to verify if the Accounting Science course of a federal university, from the *Alagoas* backlands, provides Environmental Education focused on sustainable development. In regard to the methodological procedures, we opted, therefore, for the descriptive research, with technical, bibliographic and survey procedures, in addition to the quantitative method for addressing the problem. For data collection, a questionnaire was applied to students from the eighth period of the Accounting Science course. The results of the research point out that the researched course does not provide Environmental Education in a cross-sectional way and that, for the most part, the students who had access to the themes on environmental issues and sustainable development were those who attended the Environmental Accounting curriculum component, for which we assume that such subject encompasses the social and environmental theme.

Keywords: Environmental Education. Environmental Accounting. Accounting Science.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Perfil dos discentes pesquisados	22
Tabela 2: Acesso às temáticas que tratam de questões ambientais	23
Tabela 3: Conhecimento do termo desenvolvimento sustentável	24
Tabela 4: Eventos científicos e disciplina que contemplou às questões ambientais e do desenvolvimento sustentável	25
Tabela 5: Importância dos conhecimentos acerca das questões ambientais e do desenvolvimento sustentável para a região e para a profissão contábil	25
Tabela 6: Existência de disciplina de Educação Ambiental na formação em Ciências Contábeis ou como devem ser tratadas às questões ambientais e do desenvolvimento sustentável no curso	26
Tabela 7: Conteúdos que versam sobre Educação Ambiental no componente curricular de Contabilidade Ambiental	27

LISTA DE SIGLAS

ANPPEA - Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental
Cisea - Comissão Intersectorial de Educação Ambiental
CNEA - Conferência Nacional de Educação Ambiental
CNMA - Conferência Nacional do Meio Ambiente
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
PPA - Plano Plurianual
Pronea - Programa Nacional de Educação Ambiental
ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental (novo programa)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL	16
3 A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO ESCOPO PARA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO CONTÁBIL.....	19
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	23
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31
APÊNDICE - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA.....	33

1 INTRODUÇÃO

As questões ambientais estão cada vez mais presentes nas pautas das discussões do desenvolvimento sustentável. Isso se dá pelo fato de ser perceptível a necessidade de mudanças relacionadas à produção e ao consumo, tendo em vista as externalidades que são provocadas ao meio ambiente.

O meio ambiente tem ligação direta com a sobrevivência da espécie humana e todos os demais seres. Sua definição foi proferida na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, no ano de 1972, como “conjunto de componentes físicos, químicos, biológicos e sociais capazes de causar efeitos diretos ou indiretos, em um prazo curto ou longo, sobre os seres vivos e as atividades humanas”.

A Conferência objetivou conscientizar a sociedade em termos de melhoria da relação do homem com o meio ambiente, de modo a atender as necessidades atuais da população, mais também, visando à sobrevivência das gerações futuras.

Urge, portanto, conservar o meio ambiente como garantia da sobrevivência da humanidade e dos ecossistemas de nosso planeta. Contudo, o que se presencia ao longo dos anos é a degradação ambiental em decorrência da ação humana, seja por explorar atividades com ações excessivas sobre os recursos naturais ou por seus efeitos potencialmente poluidores.

Em vista disso, vários movimentos ambientalistas têm surgido no sentido de discutir a conservação, bem como a preservação do meio ambiente associado a soluções que ensejem o desenvolvimento sustentável.

A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, por meio do relatório *Brundtland*, definiu desenvolvimento sustentável como aquele capaz de atender “às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para atender às suas necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). Tal relatório foi um dos pioneiros a apresentar diretrizes que buscam solucionar as questões socioambientais em uma escala global.

Por essas vias, várias ações têm sido envidadas por organizações nacionais e internacionais, por governo e pela sociedade civil no sentido de mitigar os efeitos degradantes que impactam o meio ambiente.

Assim, em resposta a crescente preocupação da sociedade em relação à conservação e a preservação do meio ambiente, nas últimas décadas foram editadas leis

e políticas que asseguram o cumprimento dos dispositivos legais direcionados a minimização dos impactos ambientais.

Concomitantemente a isso, as empresas, por sua vez, têm buscado realizar suas atividades em combinação com ações socioambientais, objetivando entre outros interesses sua perenidade no mercado. Para tanto, divulgam suas ações, de modo a legitimar a imagem corporativa, já que essa veiculação tem como um dos seus objetivos minimizar as pressões da sociedade e evidenciar suas responsabilidades como prioridade na relação com o ambiente na qual estão inseridas (SAMPAIO, 2011).

Entretanto, não é difícil perceber o fosso existente entre as ações que buscam minimizar os efeitos degradantes resultantes das atividades empresariais e a busca constante pelo desenvolvimento econômico, evidenciando que falta muito a ser feito no sentido de equalizar a condição de desenvolvimento sustentável.

Saliente-se que as mudanças ambientais não dependem somente das empresas envolvidas, cabe à conscientização da sociedade acerca dos problemas existentes e dos que poderão surgir, uma vez que consciente de tais problemas poderá reivindicar práticas de sustentabilidade junto às empresas, bem como ao legislador que elabora as leis e políticas públicas (ESCRIVÃO E NAGAMO, 2014).

Nesse sentido, sensibilizar a população quanto o seu papel em relação às práticas ambientais é uma questão *sine qua non* para uma relação equilibrada entre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

Para tanto, coloca-se a educação como a base para a conscientização e sensibilização da população no que tange ao processo de mudanças de práticas que degradam o meio ambiente.

Nesse diapasão a Educação Ambiental (EA) surge como um horizonte para refletir sobre a complexidade dos problemas ambientais. Na opinião de Leff (2001) a formação ambiental é necessária para se compreender a transformação da realidade provocada pela problemática do desenvolvimento, a qual implica um processo mais orgânico e reflexivo de reorganização do saber, bem como da sociedade na elaboração de novas capacidades compreensivas e intervencionistas na transformação do mundo.

Um dos processos que marcaram o início da discussão sobre Educação Ambiental foi a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, na Antiga União Soviética, sendo considerado um dos principais eventos sobre Educação Ambiental do planeta. Essa conferência foi organizada a partir de uma parceria entre a UNESCO e o Programa de Meio Ambiente da ONU - PNUMA e, desse encontro, saíram às definições, os

objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental no mundo. Dentre os seus objetivos está o de que o processo educativo deveria ser orientado para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, através de enfoques interdisciplinares e, de participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2013).

No Brasil, a conferência de Tbilisi influenciou a adoção e criação de alguns benefícios para o país referente às normas ambientais como a criação da Lei nº 6.938/81, com destaque ao artigo 2 sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, o qual elenca os princípios a serem seguidos sobre a preservação do meio ambiente, e em seu inciso X preceitua a “educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente”.

Sobre este ponto, Morales (2007) destaca que as universidades como matriz formadora tem um papel fundamental junto à sociedade podendo criar e desenvolver políticas socioambientais dentro e fora do seu campo de atuação, de modo a produzir e guiar um conjunto de transformações.

Com efeito, a universidade é considerada como o templo do saber e tem um papel importante na formação dos profissionais das mais variadas áreas. Logo, introduzir em seu seio valores e conceitos ambientais que possibilitem uma reflexão crítica e participativa dos discentes em relação às questões ambientais, promoverá uma formação transformadora, já que a partir disso, vislumbra-se que os formandos conscientes de sua importância nesse processo, possam em sua atuação profissional interferir de maneira positiva na melhoria da qualidade do meio ambiente.

Assim, dada à importância da temática, o objetivo geral desta pesquisa é verificar se o curso de Ciências Contábeis de uma universidade federal, do sertão alagoano, propicia a Educação Ambiental com vista ao desenvolvimento sustentável.

Destaca-se que estudos desta natureza são importantes para evidenciar que a Educação Ambiental se faz necessária na formação em qualquer área de saber, já que vislumbra-se nela a possibilidade de conscientizar os futuros profissionais acerca da necessidade de conservar e preservar o meio ambiente.

Por essas vias, justifica-se a realização desta pesquisa na formação em Ciências Contábeis, uma vez que os futuros profissionais da área terão que lidar com situações que perpassam por questões ambientais, como é o caso da Contabilidade Ambiental, fazendo-se necessário o contato com conceitos e valores durante o período formativo, já

que o contador auxiliará na tomada de decisões dos gestores, as quais de alguma forma poderão trazer algum reflexo impactante ao meio ambiente, necessitando, portanto, de novos estudos acerca da temática.

Vários estudos foram realizados a exemplo de Ribeiro (2018), que buscou analisar o nível de conhecimento dos estudantes e profissionais da cidade de Santana do Ipanema – AL acerca da Contabilidade Ambiental. Também, Pereira (2014) analisou no contexto da Contabilidade Ambiental os conhecimentos dos futuros contadores de uma instituição pública de ensino superior do estado da Paraíba. Além do realizado por Maciel *et al.* (2009) que objetivou analisar o conhecimento dos profissionais de contabilidade de Pernambuco no que tange a Contabilidade Ambiental. Contudo, percebe-se a carência de pesquisas que verifique a abordagem de conhecimentos acerca de questões ambientais e do desenvolvimento sustentável, as quais podem utilizar como escopo a Contabilidade Ambiental, evidenciando-se com isso a necessidade de novas reflexões quanto à formação em Ciências Contábeis.

A pesquisa torna-se relevante, por contribuir com estudos futuros a serem realizados pelos acadêmicos, bem como por possibilitar aos profissionais conhecerem a importância da temática para área, vislumbrando-se contadores preparados para o enfrentamento das questões ambientais que permeiam toda a sociedade.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A Educação Ambiental originou-se dos debates acerca dos problemas ambientais provocados pelo o uso desordenado dos recursos naturais. Tais debates fomentaram a criação de legislações com vistas à defesa do meio ambiente e sua integração com a educação, objetivando inserir na sociedade conhecimentos que promovam mudanças no modo de produção e de consumo ensejando o desenvolvimento sustentável.

Assim, a Educação Ambiental no contexto brasileiro necessitou, inicialmente, de um ambiente regulatório que envidasse esforços no sentido de garantir a sua inserção no ambiente educacional. A priori, tais esforços tiveram sua materialização com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), no ano de 1973.

O nascedouro da Educação Ambiental como princípio e instrumento de política ambiental teve o seu aporte por meio da Lei n° 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) a qual estabeleceu em seu artigo 2º, inciso X a necessidade de promover a “Educação Ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive

a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981).

Em consonância, a Constituição Federal do Brasil de 1988, por meio do seu Art. 225, parágrafo 1º, inciso VI, atribuiu ao Estado o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988). Reconhecendo-se, portanto, a todos os cidadãos brasileiros o direito constitucional à Educação Ambiental. A partir disso, várias outras ações foram desenvolvidas a exemplo do I Fórum Brasileiro de Educação Ambiental que aconteceu já no ano de 1989.

A década de noventa foi marcada pela criação dos Grupos de Trabalho de Educação Ambiental do Ministério de Educação e Cultura (MEC) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Também foram criadas a Divisão de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), os Núcleos de Educação Ambiental, e as Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental. Houve as elaborações da Carta Brasileira para a Educação Ambiental e do tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, além da criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea) e da aprovação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Foi incluso no Plano Plurianual (PPA) (1996-1999) do governo federal “a promoção da educação ambiental, através da divulgação e uso de conhecimentos sobre tecnologias de gestão sustentáveis de recursos naturais”. Posteriormente aconteceu a I Conferência Nacional de Educação Ambiental, e em seguida a aprovação da Lei nº 9.795/99, a qual dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (IBAMA, 1998; MACHADO, 2013; MMA, 2018).

Na década de 2000 a EA é novamente integrada ao PPA (2000-2003) por meio do programa 0052, vinculado ao MMA, tendo sido o mesmo reformulado no PPA (2004-2007) passando a ser intitulado de “Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis”. Houve a regulamentação da Lei nº 9.795/99 por meio do Decreto nº 4.281, bem como a instauração da Comissão Intersetorial de Educação Ambiental (Cisea) e a reestruturação da Coordenação-Geral de EA. Foi instalado o Órgão Gestor da PNEA e o seu Comitê Assessor, além do lançamento do novo ProNEA. A partir da divisão do Ibama foi constituído o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a estruturação de sua área de EA. No mesmo íterim aconteceram eventos como a Conferência Nacional do Meio Ambiente; Encontro

Governmental Nacional sobre Políticas Públicas de Educação Ambiental; Fórum Brasileiro de Educação Ambiental; Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental; e Conferência Nacional do Meio Ambiente versão infanto-juvenil (MACHADO, 2013; MMA, 2018).

Entre os anos 2012 e 2018 diversos acontecimentos permearam o cenário brasileiro como o lançamento da Rede Planetária de Educação Ambiental e a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. O Ibama aprovou a Instrução Normativa nº 2, que trata da EA nos processos de licenciamento ambiental federal. Além disso, no PPA (2012-2015) a EA passou a ser inserida no programa Licenciamento e Qualidade Ambiental, bem como em iniciativas transversais de outros programas. O Decreto nº 8.235/14 passou a estabelecer normas aos programas de regularização ambiental dos Estados e do Distrito Federal, incluindo a EA como processo apoiador da regularização ambiental de imóveis rurais. Foi instituído o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente e a criação da Comissão Intersetorial Permanente de Educação Ambiental, e da ANPPEA - Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental, a qual lançou indicadores que serão base para estruturação de uma plataforma nacional de EA. O PPA de 2016-2019 trouxe a EA como elemento para o cumprimento de objetivos voltados à conservação ambiental e à educação formal. Além disso, ocorreram a II Jornada Internacional de Educação Ambiental durante a Rio+20; a IV Conferência Nacional do Meio Ambiente; e os Fóruns Brasileiro de Educação Ambiental (MMA, 2018).

Assim, no tocante à institucionalização da EA como política pública brasileira, tem-se que seus avanços se deram inicialmente por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96. Posteriormente a Educação Ambiental é indicada nos Parâmetros Curriculares Nacionais como tema transversal a ser inserido nos currículos escolares. Contudo, somente a partir da Lei nº 9.795/99 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) é que houve o seu estabelecimento como parte do processo educativo. Tal Lei, em seu Art. 2º, preconiza que a “educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999).

A Lei supracitada estabelece que a EA deve ser desenvolvida em todos os níveis e modalidades do ensino formal, abrangendo-se, portanto, a educação superior. Em seu Art. 8º, Inciso II, trata da capacitação de recursos humanos incorporando a dimensão

ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas; a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental; e a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente, entre outras.

Adicionalmente o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) orienta a integração da Educação Ambiental no ensino superior, de forma transversal e transdisciplinar, nas diversas áreas e cursos, de modo que seja referenciada não apenas nos currículos, mas também por meio de núcleos e grupos de pesquisa, bem como por projetos de extensão, tornando-a, portanto, indissociável ao ensino, pesquisa e extensão.

Por essas vias fica evidenciado que a Educação Ambiental no Brasil deve permear por todos os níveis educacionais, assumindo destaque na formação superior, uma vez que por meio dela formam-se profissionais que irão atuar no mercado de trabalho, devendo os mesmos possuírem consciência ética e competências técnicas para solucionar problemas inerentes às questões ambientais, visando o desenvolvimento sustentável.

Tal perspectiva contempla todas as áreas e cursos, incluindo-se a formação em Ciências Contábeis, já que os bacharéis em Contabilidade podem propor ações de melhorias para a produção e para o consumo com vista à sustentabilidade, uma vez que utilizam-se da segmentação Contabilidade Ambiental, a qual com base nos eventos e transações econômico-financeiros relacionados à preservação e recuperação ambiental evidencia a situação patrimonial e o desempenho das entidades, servindo, portanto, para auxiliar na tomada de decisões dos gestores organizacionais.

3 A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO ESCOPO PARA INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA FORMAÇÃO CONTÁBIL

Os debates acerca da Educação Ambiental emergiram a necessidade de sua inserção em todas as áreas de formação profissional, vislumbrando-se, entre outros aspectos, a conscientização e o compromisso dos profissionais em relação ao meio ambiente.

Apesar de haver uma indicação da Educação Ambiental para todas as áreas, percebe-se que em algumas profissões ela se faz urgente, tendo em vista à práxis que será desempenhada no labor profissional, como é o caso do bacharel em Ciências

Contábeis, uma vez que o mesmo prestará informações que auxiliará na tomada de decisões no que tange aos eventos ambientais relacionados às empresas.

Esse requerimento se dá pelo fato de as entidades estarem sendo compelidas ao ajustamento com o desenvolvimento sustentável, devendo considerar, portanto, suas dimensões econômica, social e ambiental, de modo a evidenciar para a sociedade todas as medidas adotadas pela gestão, bem como os resultados obtidos por meio do seu processo de preservação e conservação do meio ambiente.

Neste contexto, tem-se que a contabilidade enquanto ciência social aplicada com a finalidade de fornecer informações úteis para o processo decisório dos *shareholder*, bem como dos *stakeholders*, tem inserido as questões ambientais em seus instrumentos, de modo a auxiliar nos processos de reconhecimento, mensuração e divulgação de informações socioambientais acerca das ações realizadas pelas empresas (SAMPAIO, 2011).

Destaca-se, contudo, que a contabilidade não estava apta a apresentar informações econômicas e financeiras no que tange a preservação ambiental. Porém, os debates internacionais ecológicos, sociais e ambientais deram surgimento a um novo campo de discussão das Ciências Contábeis, a Contabilidade Ambiental (SILVA, 2012).

Assim, a Contabilidade Ambiental para atender aos seus propósitos passou a direcionar as informações da contabilidade tradicional no sentido de mensurar e evidenciar, em suas contas, os impactos ambientais provocados por meio das atividades realizadas pelas empresas (EUGÊNIO, 2004).

Neste sentido, a Contabilidade Ambiental objetiva identificar, mensurar, esclarecer os eventos, bem como as transações econômico-financeiras relacionadas à proteção, preservação e recuperação ambiental, com vistas a evidenciar a situação patrimonial empresarial em um determinado período (RIBEIRO, 2005), tendo por finalidade auxiliar as organizações quanto ao uso eficiente dos recursos naturais (TINOCO; ROBLES, 2006).

Para tanto, classifica-se como: 1) Contabilidade Ambiental Nacional, a qual se dedica ao acompanhamento das atividades ambientais da nação, além do gerenciamento e controle das atividades econômicas relacionadas ao meio ambiente; 2) Contabilidade Ambiental Gerencial, adotada para o gerenciamento das atividades empresariais, de modo que os seus registros satisfaçam aos gestores quanto à obtenção dos seus objetivos e; 3) a Contabilidade Ambiental Financeira que visa identificar, avaliar e evidenciar os

eventos econômicos-financeiros voltados à área ambiental, servindo de instrumento de reporte e comunicação entre as entidades e a sociedade (PAIVA, 2006).

Para atender as suas finalidades a Contabilidade Ambiental dispõe de classificação própria para suas contas, como é o caso dos Ativos Ambientais, Passivo e Patrimônio Líquido Ambientais, Receitas, Custos e Despesas Ambientais.

Nos Ativos Ambientais são registrados todos os bens e direitos pertencentes às empresas, os quais tenham capacidade para gerar benefícios econômicos em períodos futuros visando à preservação, proteção e recuperação ambiental (RIBEIRO, 2010).

Já o Passivo Ambiental compreende todas as obrigações, voluntárias ou involuntárias, as quais requerão no futuro a entrega de ativos, prestação de serviços ou sacrifício de benefícios econômicos, em decorrência de transações ou operações, sejam elas passadas ou presentes, envolvendo a entidade com o meio ambiente e gerando algum dano ambiental (SILVA, 2012).

No que tange ao Patrimônio Líquido Ambiental (PLA) considera-se que o mesmo compreende o capital social destinado ao meio ambiente, o qual fomenta ações de prevenção, recuperação, monitoramento e reciclagem. Além disso, o PLA pode ser constituído por Reservas para Contingências Ambientais, por Doações e, também, por Subvenções (BRAGA, 2010).

As Receitas Ambientais são definidas como recursos contraídos pela entidade, oriundos das vendas de subprodutos ou de materiais reciclados. Já as Despesas Ambientais refere-se ao consumo de ativos aplicados no sistema de gerenciamento ambiental do processo produtivo, bem como em atividade ecológica da organização. E por fim, os Custos Ambientais são os gastos relativos à preservação e recuperação do meio ambiente vinculado a produção da entidade (CARVALHO, 2012).

Frente ao exposto, percebe-se que para atuar no segmento da Contabilidade Ambiental se faz necessário possuir competências técnicas, tendo em vista sua consonância com as Normas Brasileira de Contabilidade e com a legislação ambiental vigente. Para além disso, urge-se obter conhecimentos acerca das questões ambientais e do desenvolvimento sustentável, pois tais saberes auxiliarão na gestão ambiental, a qual incorpora à gestão estratégica da entidade os princípios e os valores voltados ao alcance de um modelo visando o desenvolvimento sustentável (FERREIRA, 2011).

Por essas vias, fica evidenciada a necessidade de inserir nos processos educacionais dos cursos de Ciências Contábeis às questões ambientais e de desenvolvimento sustentáveis, não apenas considerando os dispositivos legais, os

Parâmetros e Diretrizes Curriculares, bem como o Programa Nacional de Educação Ambiental, mas, sobretudo, vislumbrando-se a formação de contadores em linha com as exigências socioambientais da contemporaneidade.

Sabe-se que a Educação Ambiental deve ser integrada de forma transversal, inter e transdisciplinar nas diversas áreas e cursos, sem que haja a instituição de um componente curricular próprio para tratar das questões ambientais e do desenvolvimento sustentável. Contudo, considerando que a maioria dos componentes curriculares do curso abrange conteúdos programáticos eminentemente técnicos, uma solução para que haja sua efetivação na formação em Ciências Contábeis, seria adicionar aos conteúdos da Contabilidade Ambiental assuntos que versem acerca das questões socioambientais, de modo a preparar o formando a auxiliar na gestão ambiental das empresas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a realização deste trabalho optou-se quanto aos seus objetivos à pesquisa descritiva, uma vez que tal tipologia relata fenômenos reais, bem como situações e eventos, de modo a identificar problemas e justificar condições, além de permitir comparar situações e problemas semelhantes (GRESSLER, 2004). Neste sentido, este tipo de pesquisa auxiliou a verificar se o curso de Ciências Contábeis, da universidade pesquisada, contempla conhecimentos acerca de questões ambientais e do desenvolvimento sustentável, ensejando a Educação Ambiental.

Quanto aos procedimentos técnicos adotou-se a pesquisa bibliográfica e a de levantamento. A bibliográfica compreendeu a revisão de literatura por meio de consultas a periódicos científicos, anais de congressos, livros, revistas, dentre outras publicações que tratam da temática estudada (MARCONI; LAKATOS, 2007). Enquanto a de levantamento se caracteriza pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer (GIL, 2002). Por essas vias, a pesquisa de levantamento foi adotada, tendo em vista a pretensão de interrogar os discentes de um curso de Ciências Contábeis para o alcance do objetivo deste estudo.

No que tange à abordagem do problema empregou-se o método quantitativo, caracterizado pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados (BEUREN, 2012). Assim, a abordagem quantitativa foi empregada por conta da utilização de instrumentos estatísticos que contribuíram para a

construção das tabelas que evidenciaram as frequências e percentuais de respostas em relação às indagações levantadas.

O universo da pesquisa foi composto por discentes do oitavo período (último período) do curso de Ciências Contábeis de uma universidade federal, do sertão alagoano, correspondendo a um total de quarenta graduandos.

A amostra da pesquisa, de natureza não probabilística, considerou o critério de acessibilidade, constituindo-se, portanto, por 37 (trinta e sete) estudantes matriculados no oitavo período do curso.

Como instrumento de coleta de dados foi aplicado, de forma presencial, junto aos discentes participantes da pesquisa, um questionário contendo onze questões fechadas.

Os dados resultantes da aplicação do questionário foram tabulados, organizados e tratados por meio do software Microsoft Office Excel, sendo os resultados apresentados em formatos de tabelas.

Os resultados obtidos passaram por uma análise descritiva com a aplicação de técnicas simples de estatísticas, sendo os mesmos correlacionados com o embasamento teórico que sustentou a pesquisa.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o intuito de alcançar o objetivo deste estudo foi aplicado junto a trinta e sete graduandos matriculados no oitavo período do curso Ciências Contábeis de uma universidade federal, do sertão alagoano, um questionário que serviu para a coleta de dados primários da pesquisa.

A primeira parte do questionário levantou informações acerca do perfil dos participantes da pesquisa. Para tanto, indagou-se acerca do gênero e faixa etária dos respondentes, bem como se os mesmos, na ocasião da pesquisa, já haviam cursado o componente curricular Contabilidade Ambiental. Tal perfil foi evidenciado na Tabela a seguir.

Tabela 1: Perfil dos discentes pesquisados

Gênero	Frequência	Percentual
Feminino	18	48,6%
Masculino	19	51,4%
Total	37	100%
Faixa Etária	Frequência	Percentual
De 18 a 27 anos.	28	75,7%

De 28 a 37 anos.	9	24,3%
De 38 a 47 anos.	0	0%
Acima de 48 anos.	0	0%
Total	37	100%
Se Cursou a Disciplina Contabilidade Ambiental	Frequência	Percentual
Sim, na graduação.	9	24,3%
Não, nunca cursei.	28	75,7%
Total	37	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, mediante dados da pesquisa, 2019.

Fica demonstrado por meio da Tabela 1 que dos respondentes 48,6% são do gênero feminino e 51,4% do sexo masculino, evidenciando que não há grande disparidade entre eles. Além disso, do total de 37 participantes da pesquisa 75,7% deles estão na faixa etária entre 18 a 27 anos, enquanto que outros 24,3% correspondem à faixa de 28 a 37 anos, demonstrando que a maioria dos graduandos pesquisados possui idade inferior a 30 anos. Adicionalmente, buscou-se saber se os respondentes já tinham cursando no decorrer de sua formação superior o componente curricular Contabilidade Ambiental, a maior parte (75,7%) afirmou nunca ter cursado tal disciplina, enquanto que 24,3% responderam já ter cursado na graduação. Tal constatação permite afirmar que os pesquisados, em sua maioria, não possui conhecimentos técnicos acerca de Contabilidade Ambiental, tendo em vista não ter cursado a disciplina durante sua formação, tendo em vista que a disciplina é eletiva, fato este que dificultará sua atuação profissional no que tange aos registros dos fatos ambientais, uma vez que não detém conhecimentos para tanto, a menos que faça capacitação posterior.

A segunda parte do questionário versou acerca dos conhecimentos quanto às questões ambientais e do desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, buscou-se saber em que fase da formação acadêmica os participantes da pesquisa tiveram acesso às temáticas que tratam de questões ambientais. Os resultados obtidos estão apresentados na Tabela a seguir.

Tabela 2: Acesso às temáticas que tratam de questões ambientais

Períodos	Frequência	Percentual
Entre o 1° e 2° períodos.	3	8,1%
Entre o 3° e 4° períodos.	3	8,1%
Entre o 5° e 6° períodos.	8	21,6%
Entre o 7° e 8° períodos.	1	2,7%
Em nenhum período.	22	59,5%
Total	37	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, mediante dados da pesquisa, 2019.

Com base nos achados demonstrados na Tabela 2, pode-se constatar que 59,5% dos respondentes afirmaram que em nenhum período do curso tiveram acesso às temáticas que tratam de questões ambientais, enquanto que 21,6% deles confirmaram o acesso a tais temáticas entre o 5º e 6º períodos.

Fazendo uma comparação com a questão anterior, concluiu-se que dos 9 (nove) discentes que cursaram o componente curricular Contabilidade Ambiental, apenas 1 (um) deles considerou não ter tido acesso a essas temáticas em nenhum período formativo. Tal constatação conduz ao entendimento de que a disciplina em tela possibilitou acesso às questões ambientais.

De acordo com Programa Nacional de Educação Ambiental, deve-se integrar a EA no ensino superior de forma transversal, inter e transdisciplinar, nas diversas áreas e cursos. Contudo, os dados obtidos na pesquisa revelam que a maioria dos pesquisados não tiveram a oportunidade de acesso a conteúdos que abordassem questões ambientais.

Indagou-se aos pesquisados como os mesmos conheceram o termo desenvolvimento sustentável, as respostas foram apresentadas na tabela que segue.

Tabela 3: Conhecimento do termo desenvolvimento sustentável

Ocasão em que conheceu o termo	Frequência	Percentual
Nunca foi apresentado o conceito em nenhuma disciplina.	11	29,8%
O termo apareceu em uma ou mais disciplinas, mas não foi discutido o conceito.	4	10,8%
Foi discutido o conceito desse termo em uma ou mais disciplinas.	9	24,3%
Através de palestras, artigos ou eventos científicos.	12	32,4%
Outros. Qual?	1	2,7%
Total	100	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, mediante dados da pesquisa, 2019.

Por meio da Tabela 3, pode-se constatar que 32,4% dos respondentes da pesquisa conheceram o termo desenvolvimento sustentável através de palestras, artigos ou eventos científicos. Outros 29,8% afirmaram que o conceito de desenvolvimento sustentável nunca foi apresentado em nenhuma disciplina do curso. Enquanto que para 24,3% tal conceito foi discutido em uma ou mais disciplinas. Inferi-se que esses últimos, em sua maior parte (55,6%), cursaram o componente curricular de Contabilidade Ambiental, levando-se a indução de que estes alunos foram oportunizados com discussões acerca do termo desenvolvimento sustentável.

Ressalta-se que o componente curricular Contabilidade Ambiental, por ser de caráter eletivo, nem todos os discentes o cursa, distanciando-se não só dos

conhecimentos técnicos deste segmento da contabilidade, mas também de outras discussões, nomeadamente, as de ordens socioambientais.

Destaca-se que as diretrizes indicadas pela PNEA (BRASIL, 1999), bem como as do ProNEA reforçam o papel da universidade como ambiente de produção e articulação de conhecimentos com vistas as demandas sociais. Logo, tratar das temáticas socioambientais constitui uma responsabilidade das universidades.

Em continuidade perguntou-se aos participantes da pesquisa se o curso promoveu algum evento científico que contemplasse às questões ambientais e do desenvolvimento sustentável e se alguma disciplina contemplou tais questões. É o que foi evidenciado a seguir.

Tabela 4: Eventos científicos e disciplina que contemplou às questões ambientais e do desenvolvimento sustentável

Eventos Científicos	Frequência	Percentual
Sim.	8	21,6%
Não.	29	78,4%
Total	37	100%
Questões Ambientais e de Desenvolvimento Sustentável Tratadas em Alguma Disciplina do Curso	Frequência	Percentual
Não.	25	67,6%
Sim. Qual/is?	12	32,4%
Total	37	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, mediante dados da pesquisa, 2019.

Fica evidenciado pela Tabela 4 que 78,4% dos respondentes asseguraram que o curso não promoveu eventos científicos que contemplasse às questões ambientais e do desenvolvimento sustentável. Já para 21,6% dos participantes o curso promoveu eventos com essa abordagem. Evidenciou-se ainda que 67,6% dos concluintes consideram que nenhuma disciplina tratou de questões ambientais e de desenvolvimento sustentável. Por outro lado, do total dos pesquisados, 32,4% afirmam ter tido disciplina com tais abordagens, indicando, o componente curricular Contabilidade Ambiental.

Essas questões levantam outro ponto de atenção para o curso, já que o Programa Nacional de Educação Ambiental deixa claro que deve haver a inclusão de abordagem e conteúdo metodológico da EA nos currículos de ensino superior. Essa perspectiva pode ser atendida com a inserção de conteúdos programáticos desta natureza, bem como por meio de eventos com abordagem socioambiental.

Perguntou-se aos discentes qual a importância dos conhecimentos acerca das questões ambientais e do desenvolvimento sustentável para a região em que residem e para a profissão contábil. As respostas obtidas constam na Tabela 5.

Tabela 5: Importância dos conhecimentos acerca das questões ambientais e do desenvolvimento sustentável para a região e para a profissão contábil

Escala de Importância	Frequência	Percentual
Sem importância.	0	0%
Pouco importante.	1	2,7%
Importante.	15	40,6%
Muito importante.	12	32,4%
Extremamente importante	9	24,3%
Total	37	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, mediante dados da pesquisa, 2019.

Conforme Tabela 5, a maioria (97,3%) dos respondentes consideram os conhecimentos sobre questões ambientais e do desenvolvimento sustentável entre a seguinte escala: importante (40,6%), muito importante (32,4%) e extremamente importante (24,3%). Esses dados revelam que os discentes reconhecem a importância destas temáticas tanto para a região em que residem como para a profissão contábil, uma vez que conhecedores dessas questões poderão auxiliar na gestão ambiental das organizações de modo a contribuir para o desenvolvimento da região.

Indagou-se, também, aos graduandos se deve haver uma disciplina de Educação Ambiental no curso de Ciências Contábeis e, ainda, como devem ser tratadas às questões ambientais e do desenvolvimento sustentável no curso.

Tabela 6: Existência de disciplina de Educação Ambiental na formação em Ciências Contábeis ou como devem ser tratadas às questões ambientais e do desenvolvimento sustentável no curso

Existência de disciplina de EA	Frequência	Percentual
Sim.	31	83,8%
Não.	6	16,2%
Total	37	100%
Como devem ser tratadas às questões ambientais e do desenvolvimento sustentável no curso.	Frequência	Percentual
Na disciplina de Contabilidade Ambiental.	27	73%
De forma transversal em todas as disciplinas do curso.	3	8,1%
Por meio de leituras de artigos em disciplinas específicas do curso.	3	8,1%
Por meio de palestras, seminários, simpósios e outros eventos científicos.	4	10,8%
Total	37	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, mediante dados da pesquisa, 2019.

Os dados obtidos e expressados na Tabela 6 mostram que 83,8% dos discentes pesquisados consideram que deve haver uma disciplina de Educação Ambiental na formação contábil e que na ausência de oferta desta disciplina as temáticas devem ser tratadas no componente curricular de Contabilidade Ambiental (73%) ou por meio de palestras, seminários, simpósios e outros eventos científicos (10,8%).

Ressalta-se que não há indicação por parte do PNEA e do ProNEA que haja uma disciplina específica de Educação Ambiental nos níveis e modalidades de ensino. Contudo, considerando sua abordagem de forma integrada, transversal e interdisciplinar em consonância com as orientações e normativos do Conselho Nacional de Educação, bem como dos documentos e agendas globais e locais, como preceitua o Programa Nacional de Educação Ambiental, nada obsta que além do disposto seja, adicionalmente, inserida uma disciplina direcionada a tratar das questões socioambientais. Ademais, existe por parte do ProNEA a orientação de criação e fortalecimento de núcleos e grupos de pesquisa e extensão articulados, de modo a fortalecer os estudos e o campo da Educação Ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, possibilitando a disseminação da EA por meio de palestras e eventos científicos que envolvam a sociedade.

Em linhas gerais, a legislação observa que a EA deve ser referenciada nos Projetos Pedagógicos de Cursos, não necessariamente com uma disciplina, mas conferindo ambientes de debates e atividades práticas, de modo a ultrapassar a instância teórica com a aplicabilidade do conhecimento no campo real, verificando e aperfeiçoando suas ações, bem como analisando os resultados decorretes (SILVA; HAETINGER, 2012).

Por fim, perguntou-se se os conteúdos que versem acerca da Educação Ambiental podem ser contemplados na disciplina de Contabilidade Ambiental, conforme Tabela 7.

Tabela 7: Conteúdos que versam sobre Educação Ambiental no componente curricular de Contabilidade Ambiental

Conteúdos de EA em Contabilidade Ambiental	Frequência	Percentual
Sim, pois os profissionais de contabilidade necessitam desses conhecimentos para auxiliar na gestão ambiental das empresas.	35	94,6%
Não, pois a disciplina de Contabilidade Ambiental deve contemplar apenas conteúdos contábeis técnicos.	2	5,4%
Total	37	100%

Fonte: Elaborado pelo autor, mediante dados da pesquisa, 2019.

Para a maioria (94,6%) dos respondentes, em conformidade com a Tabela 7, considera que os conteúdos que versam sobre EA podem ser contemplados no componente curricular de Contabilidade Ambiental, pois os profissionais de contabilidade necessitam desses conhecimentos para auxiliar na gestão ambiental das empresas. Apenas 5,4% dos pesquisados consideram que a disciplina não deve contemplar tais conhecimentos, devendo abranger apenas conteúdos contábeis técnicos.

Depreende-se com isso que os discentes consideram que os conteúdos relativos à EA podem ser abrangidos na disciplina de Contabilidade Ambiental.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na esteira de discussão da diplomacia ambiental várias reflexões têm sido suscitadas no sentido de harmonizar o crescimento econômico com a preservação e conservação do meio ambiente.

Por essas vias, tem-se que a Educação Ambiental possibilitará que a sociedade compreenda a realidade em que vive e quanto participe busque soluções para os problemas socioambientais que se apresentem ensejando o desenvolvimento sustentável.

Tendo em vista a importância desta temática a pesquisa objetivou verificar se o curso de Ciências Contábeis de uma universidade federal, do sertão alagoano, propicia a Educação Ambiental com vista ao desenvolvimento sustentável.

Os dados obtidos revelaram que 75,7% dos graduandos pesquisados não cursaram o componente curricular Contabilidade Ambiental. Como também, 59,5% dos participantes da pesquisa não tiveram acesso às temáticas de questões ambientais em nenhum período do curso.

Por outro lado, 32,4% dos discentes tiveram conhecimento do termo desenvolvimento sustentável por meio de palestras, artigos ou eventos científicos. Contudo, 78,4% dos respondentes afirmaram que o curso não promoveu evento científico que contemplasse essas temáticas. Além disso, 67,6% afirmaram que nenhuma disciplina tratou de questões ambientais e de desenvolvimento sustentável, mesmo a maioria (97,3%) considerando importante tais conhecimentos para a região em que residem e para a profissão contábil.

Destaca-se ainda que 83,8% dos discentes pesquisados consideram que deve haver uma disciplina de Educação Ambiental na formação contábil e que na ausência de oferta desta disciplina as temáticas relativas às questões ambientais e do desenvolvimento sustentável devem ser tratadas no componente curricular de Contabilidade Ambiental (73%). Consequentemente, para a maioria (94,6%) deles os conteúdos que versam sobre EA podem ser contemplados no componente curricular de Contabilidade Ambiental, pois os profissionais de contabilidade necessitam desses conhecimentos para auxiliar na gestão ambiental das empresas.

Conclusivamente, a pesquisa aponta que o curso de Ciências Contábeis pesquisado não propicia a Educação Ambiental de forma transversal e que, em sua maior parte, os discentes que tiveram acesso às temáticas acerca das questões ambientais e do desenvolvimento sustentável foram aqueles que cursaram o componente curricular Contabilidade Ambiental, intuindo-se que tal disciplina contempla a temática socioambiental.

Sugere-se para futuras pesquisas verificar o Projeto Pedagógico do Curso e os ementários das disciplinas para averiguar como têm sido tratadas estas temáticas.

REFERÊNCIAS

BEUREN, I. M. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. Ed. 3°. São Paulo: Atlas 2012.

BRAGA, C. (org.). **Contabilidade Ambiental: Ferramenta para a Gestão da Sustentabilidade**. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 ago. 1981**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6803.htm. Acesso em: 07 jul. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 27 abr. 1999**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm. Acesso em: 07 jul. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Educação ambiental por um Brasil sustentável: ProNEA, marcos legais e normativos**. Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério da Educação – MEC. Brasília, DF: MMA, 2018.

CARVALHO, G. M. B. **Contabilidade Ambiental: teoria e prática**. Curitiba: Juruá, 2012.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE, 1972. Estocolmo. **Anais...** Estocolmo:[s.n.], 1972.

EUGÊNIO, T. P. **Contabilidade e gestão ambiental**. Lisboa: Áreas Editora, 2004.

ESCRIVÃO, G.; NAGANO, M. Gestão do conhecimento na educação ambiental: estudo de casos em programas de educação ambiental em universidades brasileiras. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 4, Belo Horizonte out./dez. 2014.

FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade Ambiental: Uma informação para o Desenvolvimento Sustentável**. Ed. 3°. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisas**. Ed. 4°. São Paulo: Atlas, 2002.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. São Paulo: Loyola, 2004.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

MACHADO. A. G. B. **História da educação ambiental no Brasil e no mundo**. 2013. Disponível em: <https://portalresiduossolidos.com/historia-da-educacao-ambiental-brasil-e-mundo/>. Acesso em: 07 ago. 2019.

- MACIEL, C. V. *et al.* Contabilidade ambiental: um estudo exploratório sobre o conhecimento dos profissionais de contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 6, n. 11, Santa Catarina, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2009v6n11p137>. Acesso em: 06 jun. 2019.
- MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**, Ed. 6°. São Paulo: Atlas, 2007.
- MORALES, A. G. M. O Processo de Formação em Educação Ambiental no Ensino Superior: Trajetória dos Cursos de Especialização. **Revista eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** ISSN 1517-1256, v.18, janeiro a junho de 2007.
- PAIVA, P. R. **Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência Focada na Prevenção**. Ed. 1° e 2° - São Paulo: Atlas, 2006.
- PEREIRA, V. G. **Contabilidade Ambiental: um estudo exploratório sobre os conhecimentos dos futuros contadores de uma instituição pública de ensino superior do estado da Paraíba**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) – Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2014.
- PORTAL DA EDUCAÇÃO. **Conferência de Tbilisi (1977)**, 2013. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/conferencia-de-tbilisi-1977/27425>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- _____. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- RIBEIRO, J. A. **Contabilidade ambiental: um estudo sobre o conhecimento dos estudantes e profissionais de contabilidade da cidade de Santana do Ipanema-AL**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Alagoas, Santana do Ipanema, 2018.
- SAMPAIO, M. S. **Percepção dos discentes do curso de ciências contábeis diante das questões socioambientais: um estudo nas IES de Salvador – Bahia**. 2011. 138 p. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós- Graduação (*Stricto Sensu*) em Contabilidade da Faculdade de Ciências Contábeis) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <http://www.contabeis.ufba.br/Site/arquivos/Editor/file/Mestrado/Disserta%C3%A7%C3%B5es/2011/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20M%C3%A1rcio%20Sampaio.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2019.
- SILVA, B. G. **Contabilidade ambiental: Sob a ótica da Contabilidade Financeira**. 1. ed. 2. reimpr. Curitiba: Juruá, 2012.
- TINOCO, J.E.P. ROBLES, L.T. A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: Estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. **Revista de Administração Pública**, 40 (6), 1077-1096, Nov./Dez. 2006.

APÊNDICE - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO – UNIDADE DE SANTANA DO IPANEMA

Este instrumento de coleta de dados refere-se à pesquisa intitulada **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA FORMAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**, conduzida pelo formando **Alison Italo de Souza Melo**, com o objetivo de verificar se o curso de Ciências Contábeis de uma universidade federal, do sertão alagoano, propicia a Educação Ambiental com vista ao desenvolvimento sustentável. As informações coletadas serão utilizadas para fins acadêmicos, e os resultados poderão ser apresentados em outras atividades e publicações, sempre sem fins lucrativos e de modo que nenhum respondente terá sua identidade revelada na pesquisa. Agradecemos sua colaboração!

Contatos do pesquisador: E-mail: alisonitalosouzamelo@gmail.com

I – Perfil

1. Gênero

- Feminino.
 Masculino.

2. Faixa Etária

- De 18 a 27 anos.
 De 28 a 37 anos.
 De 38 a 47 anos.
 Acima de 48 anos.

3. Cursou disciplina de Contabilidade Ambiental?

- Sim, na graduação.
 Não, nunca cursei.

II – Conhecimentos acerca de questões ambientais e do desenvolvimento sustentável

4. As questões ambientais versam sobre a conservação e a preservação do meio ambiente. Em que fase de sua formação acadêmica você teve acesso a tal temática?

- Entre o 1° e 2° períodos.
 Entre o 3° e 4° períodos.
 Entre o 5° e 6° períodos.
 Entre o 7° e 8° períodos.
 Em nenhum período.

5. Na graduação, como você conheceu o termo “desenvolvimento sustentável”?

- Nunca foi apresentado o conceito em nenhuma disciplina.
 O termo apareceu em uma ou mais disciplinas, mas não foi discutido o conceito.
 Foi discutido o conceito desse termo em uma ou mais disciplinas.
 Através de palestras, artigos ou eventos científicos.
 Outros. Qual? _____

6. O curso já promoveu algum evento científico (palestras, seminários, simpósio, etc.) que contemple às questões ambientais e do desenvolvimento sustentável?

- Sim.
 Não.

7. Alguma disciplina do curso tratou de questões ambientais e do desenvolvimento sustentável durante a sua formação em Ciências Contábeis?

- Não.
 Sim. Qual/is? _____

8. A Educação Ambiental surge como um horizonte para refletir sobre a complexidade que envolve as questões ambientais e do desenvolvimento sustentável. Para você qual a importância destes conhecimentos para a região em que você mora e para sua profissão?

- Sem importância.
 Pouco importante.
 Importante.
 Muito importante.
 Extremamente importante

9. Você considera que deve haver uma disciplina de Educação Ambiental na formação em Ciências Contábeis?

- Sim.
 Não.

10. Caso não exista a possibilidade de oferta de disciplina de Educação Ambiental na grade curricular, de que forma as questões ambientais e do desenvolvimento sustentável devem ser tratadas no curso?

- Na disciplina de Contabilidade Ambiental.
 De forma transversal em todas as disciplinas do curso.
 Por meio de leituras de artigos em disciplinas específicas do curso.
 Por meio de Palestras, seminários, simpósios e outros eventos científicos.

11. Você considera que a disciplina de Contabilidade Ambiental pode contemplar conteúdos que versem acerca da Educação Ambiental?

- Sim, pois os profissionais de contabilidade necessitam desses conhecimentos para auxiliar na gestão ambiental das empresas.
 Não, pois a disciplina de Contabilidade Ambiental deve contemplar apenas conteúdos contábeis técnicos.